

## NARRATIVAS DE PESCADORES ARTESANAIS COMO ESTRATÉGIA DIALÓGICA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Dra. Eliana Crispim França Luquetti  
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição  
e Linguagem (UENF)*  
elimaffff@gmail.com

Emanoelly Carvalho Ferreira  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em Cognição e Linguagem (UENF)*  
emanoellycarvalho.ferreira@gmail.com

Cristina dos Santos Barbosa Rocha  
*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação  
em Cognição e Linguagem (UENF)*  
crisrocha.assistentesocial@gmail.com

**Resumo:** Este artigo analisa de que maneira as narrativas de pescadores e pescadoras artesanais podem influenciar na aprendizagem e no ensino como plano pedagógico contextualizado e como instrumento simbólico de proteção da infância. A presente é uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, realizada mediante levantamento bibliográfico, com apoio em livros de pesquisadores da área e em publicações disponíveis em repositórios acadêmicos, como SciELO e Google Acadêmico, além de realizarmos uma entrevista com uma pescadora, com o objetivo de complementar os dados obtidos com uma perspectiva empírica. A análise evidencia que a oralidade tradicional atua como mediadora da escuta, da linguagem e da construção de vínculos afetivos e intergeracionais. Os estudos consultados indicam que as histórias populares estimulam o desenvolvimento linguístico, fortalecem a sensação de pertencimento e funcionam como estratégias indiretas de orientação ética e prevenção da violência. Conclui-se que integrar as narrativas tradicionais ao espaço escolar promove uma pedagogia sensível e territorializada, potencializando o sentimento e a sensação de pertencimento e a proteção social de crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** narrativas tradicionais, oralidade, proteção da infância.

**Abstract:** This article analyzes how the narratives of fishermen and artisanal fisherwomen can influence learning and teaching as a contextualized pedagogical plan and as a symbolic instrument for child protection. This exploratory, qualitative research was conducted through a bibliographical survey, supported by books by researchers in the field and publications available in academic repositories such as SciELO and Google Scholar. We also conducted an interview with a fisherwoman to supplement the data obtained with an empirical perspective. The analysis highlights that traditional orality mediates listening, language, and the construction of affective and intergenerational bonds. The studies consulted indicate that folk stories stimulate linguistic development, strengthen the sense of belonging, and function as indirect strategies for ethical guidance and violence prevention. We conclude that integrating traditional narratives into the school environment promotes a sensitive and territorialized pedagogy, enhancing the sense of belonging and social protection of children and adolescents.

**Keywords:** traditional narratives, orality, child protection.

## Introdução

A oralidade constitui uma das formas mais ancestrais de produção, preservação e transmissão de conhecimento humano, sendo elemento central na constituição de culturas e subjetividades. Nesse cenário, o presente estudo propõe refletir acerca do potencial das narrativas de pescadores artesanais como recurso pedagógico de aprendizagem contextualizada e ensino, visando a consolidação de vínculos e de pertencimento das crianças e adolescentes das comunidades de pescadores artesanais, assim como sua contribuição na prevenção da violência infantojuvenil. A pesquisa se ancora em um entendimento interdisciplinar e dialógica, articulando saberes da Linguística Aplicada, Educação e Assistência Social, à luz da teoria da linguagem como interação (Bakhtin, 1997), da pedagogia da escuta e da educação contextualizada (Freire, 2020; Zumthor, 2018).

As narrativas de pescadores artesanais, marcadas por experiências de vida, memórias coletivas e vínculos com o meio ambiente, carregam um valor formativo e afetivo que ultrapassa a função estética. Ao serem partilhadas com crianças e adolescentes em ambientes educativos, formais ou não, possibilitam o progresso da linguagem oral, da escuta atenta, da imaginação, da criatividade e do senso de pertencimento cultural. A valorização dessas histórias corrobora para o fortalecimento da identidade comunitária, do vínculo intergeracional e da promoção de valores como solidariedade, coragem e cuidado com a vida.

A metodologia adotada neste estudo é qualitativa, de caráter bibliográfico e teórico, com base em uma abordagem etnográfica interpretativa. A investigação se desenvolve por meio do estudo de obras de referência e estudos acadêmicos que abordam a oralidade tradicional, a educação linguística e a proteção da infância. Além disso, foi realizada uma entrevista com uma caiçara, pescadora artesanal, a fim de trazer uma perspectiva prática e empírica para a pesquisa, enriquecendo o entendimento sobre as práticas culturais locais. A análise dos dados teóricos é orientada pela Análise Dialógica do Discurso, que compreende os enunciados como eventos de significação situados em práticas culturais e sociais. Os estudos consultados indicam que as narrativas tradicionais podem atuar como disparadoras de práticas linguísticas significativas, promovendo maior engajamento dos alunos e favorecendo o trabalho com gêneros textuais orais previstos na BNCC. Além disso, evidenciam que o acesso a histórias locais contribui para a ressignificação de vivências infantis, funcionando como instrumento de fortalecimento emocional e proteção subjetiva.

O trabalho se alinha ao esforço de construir práticas educativas que, para além da alfabetização linguística, promovam justiça social, valorizem os saberes locais e atuem na prevenção da violência. Considerando os altos índices de agressões sofridas por crianças no espaço doméstico, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), estratégias de fortalecimento de vínculos sociais, de escuta qualificada e de valorização da infância tornam-se urgentes. A partir das narrativas de pescadores artesanais, é possível instaurar no espaço educativo a ética da escuta, do reconhecimento e do cuidado.

Conclui-se que as narrativas populares tradicionais, ao serem integradas ao ensino e aprendizagem em geral, operam como ferramenta potente de humanização, proteção e aprendizagem. A pesquisa aponta ainda, sobre a urgência de políticas públicas educacionais que reconheçam os saberes tradicionais, especialmente os conhecimentos orais e as narrativas desses pescadores, como parte pertencente da formação cidadã, sobretudo em territórios vulnerabilizados.

No espaço educacional, as condutas pedagógicas ainda operam majoritariamente sob lógicas descontextualizadas, dissociadas da realidade sociocultural dos estudantes, o que compromete o engajamento e a efetividade do processo de aprendizagem. Paralelamente, o país enfrenta um grave cenário de violação de direitos infantojuvenis: segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), mais de 68 mil casos de violência contra crianças e adolescentes foram

registrados apenas no último ano, com prevalência de episódios ocorridos no âmbito familiar. Esse contexto evidencia a urgência de ações educativas que, para além do conteúdo escolar, sejam preparados para acolher, proteger e formar sujeitos críticos e socialmente comprometidos.

Neste sentido, este estudo parte da hipótese de que as narrativas de pescadores artesanais, ao serem inseridas em contextos pedagógicos, podem operar simultaneamente como ferramentas didáticas para o ensino e aprendizagem e como estratégias de escuta, valorização da infância e prevenção da violência. Inspiradas por uma abordagem dialógica do discurso (Bakhtin, 1997), essas narrativas mobilizam enunciados vivos, situados e socialmente relevantes, permitindo o desenvolvimento de competências linguísticas ancoradas na realidade cultural dos educandos.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar de que maneira as narrativas de pescadores artesanais podem ser integradas ao ensino e aprendizagem como prática pedagógica contextualizada e como mecanismo de prevenção da violência contra crianças e adolescentes.

Como objetivos específicos destacam-se: Analisar as implicações das narrativas tradicionais no desenvolvimento linguístico e comunicativo de crianças e adolescentes, com base em estudos teóricos; Demonstrar a função social da escola nos espaços de escuta, proteção e valorização dos saberes locais; Identificar, em fontes bibliográficas, elementos discursivos presentes nas narrativas populares que expressam valores de cuidado, memória e resistência.

A justificativa deste estudo reside em três pilares principais: primeiro a necessidade de valorização de saberes tradicionais como prática decolonial no ensino de línguas; seguido pela urgência de estratégias pedagógicas integradoras que promovam o letramento linguístico, mas também o letramento afetivo, social e ético; e por fim, a contribuição das práticas narrativas orais na construção de vínculos intergeracionais capazes de atuar como dispositivos de proteção simbólica em territórios vulnerabilizados. Ao articular cultura popular, educação linguística e direitos da infância, este trabalho pretende propiciar o fortalecimento de práticas educativas mais justas, dialógicas e enraizadas na realidade dos sujeitos.

## **Oralidade e Narrativas Tradicionais como Herança Linguística e Cultural**

As narrativas orais constituem uma prática ancestral de transmissão de saberes, valores e experiências entre gerações, assumindo um papel formativo fundamental nas culturas populares. Em comunidades tradicionais, como as de pescadores artesanais, essas histórias transcendem o entretenimento e operam como ferramenta de socialização, construção identitária e mediação simbólica com o mundo. Nesse contexto, refletir sobre os desdobramentos dessas narrativas no desenvolvimento linguístico e comunicativo de crianças e adolescentes implica reconhecer a oralidade como eixo estruturante cultural e linguístico.

Segundo Benjamin (1987), a figura do narrador tradicional representa aquele que compartilha experiências vividas ou ouvidas com a comunidade, possibilitando ao ouvinte não somente ao acesso à informação, mas a elaboração simbólica do cotidiano. Diferentemente do relato informativo, a narrativa tradicional “tece o fio da experiência” (Benjamin, 1987, p. 201), constituindo um ambiente de escuta, memória e aprendizagem. Ao participar de contextos em que narrativas são transmitidas, crianças desenvolvem habilidades como a escuta ativa, a inferência, a organização temporal e causal de eventos, além da maximização do vocabulário e da estruturação do discurso.

A teoria do desenvolvimento histórico-cultural da linguagem proposta por Vygotsky (1998) corrobora essa compreensão ao afirmar que a linguagem não é um produto individual, mas se forma nas interações sociais. A fala dirigida ao outro, no ambiente culturalmente mediado, auxilia para a internalização de funções psíquicas superiores. Dessa forma, o contato com narrativas tradicionais ativa zonas de

desenvolvimento proximal, pois desafia a criança a interpretar, perguntar, responder e imaginar — competências essenciais ao desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Bakhtin (1997) também oferece uma base teórica significativa ao tratar a linguagem como fenômeno social e dialógico. Para o autor, todo enunciado se constitui no contato e interação com o outro e carrega vozes sociais que dialogam entre si. Ao narrar e ouvir histórias populares, as crianças começam a ter acesso a diferentes gêneros discursivos, estilos de linguagem e posicionamentos valorativos, o que amplia sua competência comunicativa e sua habilidade de aprender e produzir percepções. Nesse processo, os sujeitos aprendem usar a língua, e se posicionar no mundo através dela.

Para Bakhtin (1997), a linguagem se realiza sempre em cenários de interações, onde os sujeitos assumem posições, manifestam intencionalidades e produzem sentidos em permanente movimento. Cada palavra, cada enunciado, carrega em si ecos de outros discursos anteriores, concorrentes ou futuros, constituindo o que o autor denomina dialogismo. A escuta, não é uma operação passiva, mas uma forma ativa de coautoria: o ouvinte participa da idealização de sentido, e a palavra só se realiza plenamente na interação com o outro.

Na esfera da oralidade tradicional, as narrativas de pescadores e pescadoras artesanais, revela-se especialmente potente. Essas histórias, transmitidas entre gerações em comunidades como a dos caiçaras de Búzios, não se limitam a função de entretenimento. Elas configuram verdadeiros feitos de linguagem socialmente performados, nos quais se articulam memória, identidade, experiência de vida e pedagogia comunitária. Tais narrativas, longe de serem discursos “simples” ou “infantis”, como muitas vezes são subestimadas nos espaços escolares, revelam-se práticas complexas de elaboração simbólica e transmissão cultural.

Outro conceito fundamental na teoria bakhtiniana é a polifonia, isto é, o aparecimento de múltiplas vozes em um mesmo discurso. Nas narrativas populares, essa multiplicidade manifesta-se não apenas nas personagens evocados, como também nas vozes dos antepassados, dos saberes do mar, das crenças locais e dos conselhos familiares. Ao transmitir uma história, o narrador encarna diferentes posições discursivas, traduzindo experiências coletivas e abrindo precedentes para o questionamento e a reinvenção dos sentidos. Trata-se de um espaço criativo, pedagógico e ético.

Ademais, Bakhtin (1997) também propõe a noção de gêneros discursivos, compreendidos como formas relativamente estáveis de organização da linguagem conforme a esfera de atividade humana na qual estão inseridos. Os gêneros orais populares, como o “causo”, a história de assombração ou o conto de experiência, são classificados como gêneros primários nascidos nas interações imediatas do cotidiano. Ao serem inseridos no ambiente escolar, esses gêneros ganham novo estatuto, tornando-se ferramentas pedagógicas que dialogam com os saberes prévios dos estudantes e valorizam a cultura do território.

No cenário da presente pesquisa, a teoria bakhtiniana oferece um alicerce teórico robusto para analisar as narrativas de pescadores como práticas discursivas carregadas de sentido e função social. Fundamenta-se, assim, a ideia de que tais histórias não apenas comunicam, mas constroem subjetividades, estabelecem vínculos intergeracionais e atuam como estratégias simbólicas de cuidado e proteção da infância.

Desse modo, recorrer a Bakhtin permite compreender a oralidade não como uma etapa inferior da linguagem ou um resquício da tradição, mas um modo legítimo e sofisticado de promover o conhecimento, com profundo valor educativo, afetivo e ético. A escola que reconhece e integra essas práticas orais em seu dia a dia, abrindo espaço para um currículo mais sensível, dialógico e culturalmente situado, com capacidade de responder as exigências da infância em territórios marcados pela desigualdade e pela invisibilidade social.

Sob a perspectiva educacional, Paulo Freire (2020) ressalta que a linguagem é um instrumento de interpretação do mundo e de desenvolvimento da consciência crítica.

Para ele, a oralidade, quando reconhecida e valorizada no processo pedagógico, colabora para o aprimoramento da identidade cultural dos educandos, especialmente aqueles pertencentes a grupos socialmente marginalizados. As narrativas dos pescadores artesanais, nesse sentido, representam um saber comunitário que, ao ser inserido na esfera escolar, rompe com a lógica da rejeição da cultura de massa e reitera o direito de aprender a partir da própria trajetória.

A oralidade como ferramenta pedagógica e instrumento de emancipação social encontra fundamentos sólidos na obra de Freire (2020), sua proposta de educação como prática libertadora se assenta na valorização dos saberes populares, na escuta ativa e no diálogo como caminho de humanização. Tais princípios dialogam diretamente com a proposta desta pesquisa, que busca compreender o potencial das narrativas orais de pescadores e pescadoras como práticas educativas e protetivas para crianças e adolescentes em contextos comunitários.

Freire (2020, p. 92), afirma que “O diálogo é o encontro amoroso dos que se reconhecem como diferentes, mas iguais em dignidade” ou seja, diálogo é a essência da educação libertadora. Diferente da educação bancária, que trata os educandos como recipientes passivos de conhecimento, o diálogo implica uma relação horizontal entre sujeitos que constroem juntos os sentidos do mundo. Essa relação dialógica é também uma prática política e ética, pois reconhece a dignidade do outro e seu direito à palavra.

Nesse momento, a oralidade ganha centralidade como linguagem cotidiana, como expressão da cultura e como resistência dos grupos historicamente marginalizados. Para Freire (2020), as palavras dos oprimidos não se limitam apenas instrumentos de comunicação, mas símbolos carregados de memória, emoção e visão de mundo. Escutá-las significa abrir espaço para os sujeitos narradores se reconhecerem como autores da própria trajetória. As narrativas tradicionais, como dos pescadores e pescadoras artesanais, são exemplos potentes dessas palavras geradoras: elas emergem do cotidiano, carregam a cultura local e oferecem oportunidades para problematizações linguísticas, sociais e afetivas.

Freire (2020), também propõe o conceito de conscientização, entendido como o processo onde o sujeito tem percepção da realidade em que está inserido e desenvolve a capacidade de transformá-la. Nesse processo, a escuta do outro, especialmente dos mais velhos e das vozes silenciadas, exerce papel crucial. Como citado: “A escuta do outro é um dos fundamentos do diálogo libertador” (Freire, 2020, p. 90). A escuta é, portanto, não apenas um ato pedagógico, como também uma forma de proteção simbólica, de reconhecimento de vínculos e de fortalecimento das identidades.

No contexto da escola pública e da rede de proteção da infância, incorporar as narrativas orais dos adultos da comunidade ao ensino e aprendizado significa transformar o espaço educativo em território de afetos, pertencimento e criação coletiva do saber. Além disso, favorece o desenvolvimento linguístico, onde essas práticas criam um ambiente de escuta e acolhimento, fortalecendo as dimensões sócio emocionais e relacionais da criança. indo de acordo com a legislação vigente:

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; (Brasil, 1996)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), em seu artigo 28º, estabelece que os sistemas educacionais devem promover as adaptações necessárias para respeitar as especificidades da vida no campo e das diferentes regiões do país. Na realidade das comunidades pesqueiras tradicionais, isso significa reconhecer que a escola precisa dialogar com a cultura, os saberes e o modo de vida dos pescadores artesanais.

O ensino, portanto, deve considerar o cotidiano das famílias que vivem da pesca, as experiências intergeracionais que estruturam a transmissão de conhecimento sobre o mar, as marés, os ciclos naturais e as técnicas tradicionais. Ademais, é de suma importância que o currículo escolar esteja conectado com os contextos locais, valorizando aos costumes culturais da comunidade e preparando os estudantes para atuarem como cidadãos conscientes, capazes de analisar sobre sua identidade, sobre as dificuldades da preservação ambiental e sobre as oportunidades de atuação profissional vinculadas ao território. Ensinar considerando esse contexto não é somente uma escolha pedagógica, como também um direito garantido por lei e uma forma de fortalecer o pertencimento, a cidadania e autoestima das crianças e adolescentes dessas comunidades.

A educação como prática política proposta por Freire convida educadores, gestores e pesquisadores a repensarem seu compromisso ético com os sujeitos da educação. Aplicar a oralidade popular não é meramente uma escolha metodológica, é um ato de resistência e de afirmação da pluralidade cultural. É também uma forma de combater as múltiplas violências: simbólicas, institucionais e afetivas, que atingem historicamente crianças em situação de vulnerabilidade social.

Assim, a pedagogia do diálogo de Paulo Freire legitima o uso das narrativas orais como ferramenta potente no processo de ensino e aprendizagem em geral e na proteção integral da infância, especialmente em contextos comunitários em que a escuta, a cultura e a solidariedade são práticas ancestrais de cuidado.

Além disso, Ferreiro (1989) salienta que a apropriação da linguagem escrita está intimamente relacionada à riqueza e à variedade das interações orais às quais a criança está exposta desde cedo. O desenvolvimento da oralidade, portanto, não é apenas prévio, mas estruturante da alfabetização e do letramento. Quanto mais diversificadas e significativas forem as experiências narrativas vivenciadas, maior será o repertório linguístico e discursivo das crianças.

Zumthor (2018) amplia a compreensão da narrativa oral ao enfatizar seu caráter performático. A contação de histórias envolve gestos, entonações, pausas e expressões corporais que conferem corporeidade e sensorialidade à linguagem. Esse aspecto é especialmente relevante na infância, período em que o corpo, a voz e o afeto são canais primários de comunicação. Assim, as narrativas orais não apenas ensinam palavras, mas produzem sentidos através da experiência estética e afetiva da linguagem.

A abordagem da oralidade como fenômeno meramente linguístico ou funcional é insuficiente para compreender sua complexidade em contextos culturais específicos, especialmente em comunidades tradicionais como a dos pescadores artesanais caiçaras. Nesse sentido, o autor rompe com a ideia de que a oralidade seja apenas um modo de expressão antecedente à escrita ou de menor sofisticação. Ao contrário, define a oralidade como evento poético e corporal, que se realiza no tempo presente, implicando sujeitos reais em uma situação concreta de comunicação. É um ato vivido, no qual o narrador e o ouvinte compartilham um espaço afetivo, simbólico e sensorial, construindo sentidos por meio da escuta e da presença mútua. “A oralidade não existe senão como ato vivido, numa relação que se atualiza na escuta” (Zumthor, 2018, p. 19).

Esse conceito de oralidade performativa é essencial para compreender as narrativas tradicionais não como meros conteúdos informativos, mas como acontecimentos estéticos, pedagógicos e culturais, profundamente enraizados no território, na memória e na corporalidade dos sujeitos. Ao contar uma história, o narrador envolve sua voz, seu corpo, seus gestos e silêncios, mobilizando uma série de códigos extralinguísticos que conferem à narrativa um caráter único e irreproduzível.

Zumthor (2018), afirma que a voz é um gesto sensível do pensamento, dotado de intencionalidade, ritmo, afeto e presença. Nesse sentido, o ato de narrar é também o ato de se colocar no mundo, de afirmar uma identidade e de estabelecer uma relação com o outro. Como citado: . “Toda voz é uma experiência do tempo, do espaço e do corpo” (Zumthor, 2018, p. 27). Ao escutar uma história, o ouvinte não apenas

compreende seu conteúdo: ele participa da cena, se envolve emocionalmente, e co-produz o sentido do que está sendo dito.

No âmbito da educação e da proteção da infância, essa concepção tem implicações importantes. Quando uma criança ou adolescente escuta uma narrativa contada por um pescador ou pescadora da sua comunidade, ela não está apenas recebendo uma informação, mas vivenciando uma experiência compartilhada de pertencimento, memória e cuidado. A escuta, nesse caso, é um gesto simbólico de acolhimento e reconhecimento, que pode atuar como dispositivo subjetivo de proteção contra situações de violência ou negligência.

Ademais, a perspectiva de Zumthor (2018), nos permite compreender a dimensão intergeracional da narrativa oral. A história contada não é apenas de quem fala, mas também de quem escutou antes, avós, pais, outros pescadores. Trata-se de uma cadeia viva de transmissão de saberes, afetos e valores, que se atualiza a cada nova performance. “Narrar oralmente é um exercício de presença: da memória, da emoção e da comunidade” (Zumthor, 2018, p. 42). Assim, nesse processo, as crianças não apenas aprendem a linguagem: aprendem a ouvir, a imaginar, a sentir, a se conectar com seu território e com seus ancestrais.

No campo da pesquisa, essa concepção exige uma postura atenta à corporeidade da narrativa, à escuta como metodologia e ao contexto da enunciação. Ao entrevistar pescadores e registrar suas histórias, não se trata apenas de coletar depoimentos, mas de presenciar acontecimentos performativos que carregam sentidos únicos e não replicáveis.

Zumthor (2018), portanto, oferece fundamentos teóricos que legitimam a oralidade tradicional como forma de conhecimento, com valor pedagógico e político. Reconhecer a performance narrativa como experiência viva é também reconhecer o valor dos sujeitos que a protagonizam, seus corpos, seus territórios e seus modos próprios de educar, proteger e formar crianças e adolescentes.

Dessa forma, é possível afirmar que as narrativas tradicionais desempenham papel estratégico no desenvolvimento linguístico e comunicativo de crianças e adolescentes, pois favorecem o uso funcional e significativo da linguagem, estimulam a escuta ativa, a imaginação e o diálogo, além de promoverem a valorização das identidades culturais e a construção de vínculos intergeracionais.

Segundo Hall (2006), a identidade é um processo contínuo de construção, marcado por relações discursivas e contextuais. A cultura, nesse sentido, é o espaço simbólico onde as identidades são moldadas, negociadas e expressas. A oralidade, como prática cultural, desempenha um papel fundamental nesse processo, pois permite que sujeitos e grupos atualizem sua memória coletiva, reforcem seus vínculos comunitários e elaborem sentidos sobre si e sobre o mundo. Ao narrar suas histórias, o pescador artesanal reitera sua existência social e reafirma um pertencimento simbólico a um território, a um ofício e a uma tradição.

Anderson (2021), ao discutir o conceito de comunidades imaginadas, destaca que as narrativas compartilhadas criam sentimentos de pertencimento que ultrapassam o espaço físico e constroem comunidades simbólicas. No caso dos pescadores artesanais, as histórias narradas transmitem não apenas experiências individuais, mas também uma cosmologia coletiva, constituindo uma pedagogia da ancestralidade. Tais narrativas, quando levadas para o contexto escolar, possibilitam que crianças e adolescentes estabeleçam conexões entre suas vivências, suas famílias e os saberes historicamente construídos por seus grupos de origem.

Azevedo e Guerra (1997) afirmam que o fortalecimento da identidade cultural é um fator protetivo no enfrentamento das diversas formas de violência que atingem crianças e adolescentes. A escuta das narrativas tradicionais permite que os sujeitos em formação reconheçam sua história e desenvolvam um senso de pertencimento, o que fortalece sua autoestima e capacidade de resistência diante de contextos adversos. A valorização da cultura popular na escola, portanto, não é apenas uma estratégia pedagógica, mas também uma política de afirmação de direitos.

Santos (2006), ao propor a noção de “ecologia de saberes”, enfatiza a necessidade de superar o monoculturalismo epistemológico que marginaliza os saberes populares e tradicionais. O autor propõe que o conhecimento escolar se articule com os saberes locais em uma lógica de diálogo e reconhecimento mútuo. Nessa perspectiva, a oralidade dos pescadores artesanais deve ser compreendida como expressão legítima de conhecimento, e sua integração ao ensino e aprendizagem em um modo geral e à formação cidadã representa um caminho para práticas pedagógicas mais justas e plurais.

O autor parte de uma crítica contundente à modernidade ocidental, que historicamente operou com uma lógica de monocultura do saber e do tempo. Essa lógica reduziu a diversidade de formas de conhecer e existir a um modelo único, eurocentrado, racionalista e escrito. Nessa perspectiva, os saberes produzidos pela oralidade, pela experiência vivida e pelas culturas tradicionais foram sistematicamente silenciados, classificados como ausentes, inferiores ou imaturos.

É nesse contexto que o autor propõe a sociologia das ausências, um instrumento analítico que permite evidenciar quais vozes foram apagadas, quais conhecimentos foram desqualificados como não-científicos. As narrativas dos pescadores e pescadoras artesanais, por exemplo, são frequentemente marginalizadas pelas instituições escolares e políticas públicas, apesar de sua riqueza cultural, pedagógica e protetiva.

Essa perspectiva é particularmente relevante para esta pesquisa, pois sustenta a ideia de que as narrativas orais dos pescadores não são apenas manifestações culturais, mas formas legítimas de conhecimento, construção de memória e proteção simbólica. Essas histórias carregam saberes sobre o mar, o tempo, os ciclos da natureza, os modos de cuidar das crianças e de viver em comunidade. Ignorá-las seria reproduzir a lógica da monocultura epistêmica; escutá-las, ao contrário, é um ato político de valorização da diversidade. Dessa forma, Santos (2006, p.91) aduz “É preciso reinventar a emancipação social a partir das experiências de resistência já existentes nos territórios e nas culturas populares.”

Santos (2006), sustenta que é necessário abrir espaço para o tempo da escuta, o tempo da presença, o tempo da partilha de histórias. Incorporar as narrativas orais dos adultos da comunidade ao ensino e aprendizagem de modo geral, por exemplo, não é apenas uma metodologia didática, mas um reposicionamento político frente ao epistemicídio que historicamente desvaloriza os saberes orais e comunitários.

Por fim, a proposta de uma nova cultura política apresentada por Santos (2006) fundamenta-se na ampliação da democracia, na participação efetiva dos sujeitos historicamente excluídos e na valorização da escuta como prática de reconhecimento. Nesse horizonte, o papel das políticas públicas e das instituições de ensino deve ser o de escutar, dialogar e acolher os saberes e as vozes que emergem das margens. Escutar as histórias dos pescadores é, portanto, romper com a lógica da invisibilidade e construir novas formas de conhecimento, de vínculo e de justiça cultural.

Assim, pensar a oralidade como território de cultura e identidade é afirmar que a linguagem expressa histórias de vida, pertencimento e resistência. A escuta das narrativas tradicionais possibilita que as crianças se reconheçam como sujeitos históricos, pertencentes a uma coletividade rica em saberes, valores e afetos. Incorporar essas narrativas no processo educativo, especialmente no ensino de línguas, é uma estratégia de valorização da diversidade cultural e de construção de identidades afirmativas e críticas.

### **Narrativas Oraís como Estratégias Simbólicas de Proteção da Infância**

Este tópico teórico articula a educação, a assistência social e os direitos da infância, mostrando como as narrativas populares podem operar como dispositivos de proteção simbólica, fortalecimento emocional e prevenção da violência. A escuta qualificada, a valorização da infância e os vínculos intergeracionais são colocados como caminhos para o enfrentamento da vulnerabilidade social, ancorados em estudos sobre

direitos humanos, proteção infantojuvenil (ECA, Unicef) e práticas educativas humanizadoras.

A violência contra crianças e adolescentes constitui uma das mais graves violações de direitos humanos e, ao mesmo tempo, uma das mais silenciadas no espaço social. Com base em dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), mais de 87% dos casos registrados de violência infantojuvenil ocorrem no âmbito doméstico, sendo os agressores, em sua maioria, membros do círculo familiar. Diante desse cenário, torna-se imperativo construir estratégias educativas e culturais que fortaleçam os vínculos afetivos e comunitários como forma de prevenção.

A escuta intergeracional, mediada por narrativas tradicionais, desponta como uma prática potente de proteção simbólica, reconstrução de vínculos e promoção de ambientes seguros para o desenvolvimento da infância. As narrativas contadas por figuras adultas como os pescadores artesanais carregam em si a história, os valores, os medos e as superações de um grupo social. Ao serem compartilhadas com crianças e adolescentes, essas histórias funcionam como um pacto de cuidado e memória que ajuda a elaborar subjetivamente noções de pertencimento, respeito e continuidade.

Segundo Abramowicz (2014), romper com a cultura do silêncio que permeia muitas famílias brasileiras é condição indispensável para combater os ciclos transgeracionais de violência. E uma das formas mais eficazes de romper com esse silêncio é instaurar a escuta como prática cotidiana e estruturante das relações. Nesse sentido, as narrativas tradicionais cumprem duplo papel: por um lado, são recursos linguísticos e pedagógicos ricos para o desenvolvimento da linguagem e da imaginação; por outro, constituem tecidos de afeto e reconhecimento, em que a criança se vê inserida em uma cadeia de continuidade histórica, afetiva e simbólica.

Winnicott (1990) aponta que a confiança básica essencial para o amadurecimento emocional se constitui a partir da previsibilidade afetiva e da presença de figuras significativas que escutam e nomeiam o mundo junto à criança. A escuta de histórias contadas por adultos significativos representa, portanto, mais do que uma prática cultural: é uma experiência fundante de segurança psíquica e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

A Lei nº 13.431/2017 reforça a necessidade de ambientes preparados para a escuta protegida, mas ela deve ser precedida e sustentada por uma cultura de escuta e confiança. A escola, enquanto espaço privilegiado de socialização, tem papel central na promoção dessa cultura. Oficinas de escuta com pescadores artesanais, por exemplo, permitem que crianças e adolescentes se conectem com adultos que não estão inseridos em relações autoritárias (como pais, professores ou policiais), criando um espaço seguro de construção simbólica da infância. Essas escutas não apenas favorecem o desenvolvimento linguístico, mas também reparam simbolicamente traumas, pois reconstituem a presença de uma figura que cuida, fala, transmite e protege.

A valorização da identidade cultural tem sido reconhecida como um dos pilares fundamentais na proteção de crianças e adolescentes contra diferentes formas de violência. Azevedo e Guerra (2009) destacam que o fortalecimento da identidade e da cultura local constitui um fator protetivo essencial, especialmente em contextos marcados por exclusão social, discriminação e desvalorização simbólica.

Nesse sentido, a escuta das narrativas tradicionais e dos saberes transmitidos intergeracionalmente permite que crianças e adolescentes reconheçam suas raízes, sua história coletiva e seu pertencimento comunitário, elementos que contribuem diretamente para a construção da autoestima, do sentimento de valorização e da capacidade de enfrentamento diante de situações adversas.

Como vimos insistindo, a linguagem é um campo de embates de toda ordem: do sociopsíquico ao político, do cultural ao científico e cognitivo. A linguagem que, no senso comum, é caracterizada como meio de comunicação, vem a ser mais que isso: arena de interações, meio vivo

e dinâmico no qual vivemos imersos naquilo exatamente que nos constitui, ela mesma, a linguagem. (Moura, 2024, p.14)

Incorporar a cultura popular através das narrativas dos pescadores artesanais ao cotidiano escolar, portanto, vai além de uma abordagem metodológica inovadora; trata-se de uma estratégia de afirmação de direitos culturais e humanos, que contribui para o desenvolvimento integral dos sujeitos e para o fortalecimento da rede de proteção à infância e adolescência.

Em síntese, a incorporação das narrativas populares tradicionais, especialmente aquelas provenientes de comunidades como a dos pescadores artesanais, ao processo educativo, revela-se uma estratégia poderosa de fortalecimento emocional, proteção simbólica e construção de identidade. Ao promover a escuta qualificada e o diálogo intergeracional, essas práticas não só enriquecem o desenvolvimento linguístico e cognitivo, mas também oferecem uma forma de resistência à violência e à exclusão social. Além disso, elas contribuem para a criação de uma cultura de cuidado e pertencimento, essencial para o amadurecimento emocional e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Assim, ao reconhecer e valorizar esses saberes, a educação se torna uma ferramenta transformadora, não apenas no âmbito acadêmico, mas também na promoção de direitos humanos e na proteção integral da infância e adolescência.

### **Vozes que Ensinam: A Narrativa de uma Mulher Caiçara na Defesa da Memória Comunitária**

As narrativas orais de mulheres pescadoras artesanais, quando inseridas no espaço escolar, não apenas ampliam o repertório linguístico dos alunos, mas também desestabilizam discursos hegemônicos que apagam memórias locais. Na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), os discursos não são neutros: eles revelam estruturas de poder, disputas por sentidos e lugares de enunciação historicamente construídos. Como afirmam Batista Jr., Sato e Melo (2022), “toda prática discursiva é prática social”, e nela estão embutidas relações de dominação, resistência e identidade.

No relato a seguir, extraído de uma entrevista com uma pescadora caiçara de Armação dos Búzios/RJ, observamos claramente esse embate entre discursos: de um lado, a narrativa escolar institucionalizada; de outro, a memória oral da comunidade em que frequentemente desconsiderada como fonte legítima de conhecimento:

"Antes... eu ouvia as pessoas falando das nossas histórias... contando casos antigos... de qualquer jeito... de um jeito errado... só que eu ria sozinha... mas eu não me metia... não. E com a chegada das mulheres caiçaras... eu acho que trouxe essa vontade de contar a nossa própria história..."

A consciência discursiva que emerge nesse trecho evidencia o deslocamento da pescadora de um lugar de silêncio para um lugar de enunciação ativa. A pescadora se reconhece como sujeito discursivo e reivindica o direito de narrar a sua história e a da comunidade, resistindo ao apagamento simbólico de sua cultura.

A seguir, ela relata um episódio vivido na escola, no qual confrontou diretamente uma narrativa equivocada sobre um símbolo histórico da cidade:

"A professora falou pras crianças que o nome era Poço da Pomba... porque tinha muito pombo... aí eu pensei: será que eu falo ou não falo?... Eu falei: crianças, esse aqui é o Poço da Bomba... porque colocaram uma bomba manual pra tirar a água... é a nossa história... a minha avó lavava roupa aqui..."

Sob a lente da ADC, este episódio pode ser lido como uma ruptura discursiva, em que o saber tradicional da comunidade rompe com o discurso autorizado da escola. Como explicam Batista Jr. et al. (2022) em que a crítica ao discurso institucionalizado

se dá quando sujeitos marginalizados tomam a palavra e revelam as ideologias por trás do que é naturalizado como verdade.

A pescadora caiçara denuncia, mesmo que de forma implícita, o processo de silenciamento que perpassa as práticas escolares. Sua fala carrega marcas de pertencimento e resistência, e representa uma forma de agir discursivamente contra a violência simbólica Bourdieu (1998), ao exigir que a memória coletiva seja respeitada e corretamente transmitida.

Além de resgatar o valor pedagógico dessas histórias, esse tipo de narrativa proporciona, no campo do ensino e aprendizagem de modo geral, a possibilidade de trabalhar gêneros orais, escuta sensível, análise crítica de discursos, e práticas de recontagem e reescrita, sempre partindo da realidade vivida dos sujeitos. Como destaca Freire (1996), a educação deve partir da escuta do outro e da leitura do mundo, antes da leitura da palavra.

Por fim, é possível afirmar que a fala da pescadora caiçara, não apenas ressignifica o espaço escolar, como também promove um gesto de cuidado com as infâncias da comunidade: ao garantir que a história correta fosse contada, ela protege as crianças contra a violência simbólica do apagamento cultural e fortalece vínculos de pertencimento e identidade.

## Conclusões

Assim, a pesquisa permitiu evidenciar a relevância das narrativas orais tradicionais no desenvolvimento linguístico, emocional e social de crianças e adolescentes, especialmente quando incorporadas ao contexto educativo de forma sensível e dialógica. Ao longo da discussão teórica, ficou claro que a oralidade vai além de uma simples modalidade de linguagem: trata-se de um instrumento essencial na mediação entre sujeitos e mundo, capaz de fortalecer vínculos intergeracionais, sustentar processos de pertencimento e constituir espaços de resistência frente às múltiplas formas de violência simbólica e estrutural.

Além de seu potencial pedagógico, as narrativas tradicionais se mostram eficazes como recurso simbólico de proteção, promovendo ambientes de escuta, afeto e reconhecimento. Histórias contadas por adultos com vínculos comunitários, como os pescadores artesanais, desempenham papel importante na criação de espaços seguros, favorecendo a construção de relações de confiança e o acolhimento das experiências infantis.

Contudo, ainda são escassos os estudos que articulem de forma integrada as dimensões da cultura popular, do ensino e aprendizagem contextualizada e da prevenção da violência contra crianças e adolescentes. Mesmo com avanços normativos que valorizam os direitos culturais e a escuta qualificada, a prática pedagógica segue, em muitos contextos, descolada da realidade sociocultural dos educandos.

Neste cenário, esta pesquisa busca contribuir para o preenchimento dessa lacuna, ao propor uma abordagem que reconheça as narrativas tradicionais como ferramenta educativa e protetiva, capaz de promover aprendizagens significativas, fortalecer a identidade cultural e atuar na prevenção simbólica de violências. Ao unir linguagem, cultura e proteção, reafirma-se o poder da palavra como lugar de cuidado, transformação e justiça social.

## Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Consentino. **Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos**. Educação & Sociedade, v. 35, p. 461-474, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/es/a/7yYpXMyr5jx5P3VwqcXdk4f/>. Acessos em: acessos em 28 jul. 2025.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

AZEVEDO, Maria Amélia & Viviani N. de A. GUERRA (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica**: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez, 2018.

BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise de Discurso Crítica para Linguistas e Não Linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197–221.

BENJAMIN, W. **O contador de histórias**. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.431**, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 abr. 2017.

FÁVERO, Eunice Teresinha et al. **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes**. Cortez Editora, 2020.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 91. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 74. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 19º **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 24 de julho de 2025.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOURA, Sérgio Arruda de. Relatório anual: terceira fase – Linha de Pesquisa 14: Língua e identidade de pescadores: assumindo a expressão linguística como patrimônio cultural e afirmação ideológica. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, jan. 2024. **Relatório técnico. Projeto de Educação Ambiental Pescarte – PEA Pescarte**.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1990.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Tradução de Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Educ, 2018

---